



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 1º de novembro de 2022

Bolsas	Pontuação B3	Salário mínimo	Dólar	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias		Na segunda-feira	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,31% São Paulo	112.764 / 116.037	R\$ 1.212	R\$ 5,166 (- 2,54%)	R\$ 5,105	13,65%	13,66%	Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36 Setembro/2022 -0,29
	26/10 27/10 28/10 31/10		Últimos				
			25/outubro 5,317 26/outubro 5,382 27/outubro 5,306 28/outubro 5,300				

MERCADOS / Dólar recua e Bolsa sobe no dia seguinte à vitória de Lula no pleito presidencial. Apesar disso, ações de Petrobras e Banco do Brasil têm fortes baixas, com a expectativa de maior ingerência do governo na administração das estatais

Tranquilidade marca negócios após eleição

» RAFAELA GONÇALVES

O primeiro pregão após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais foi marcado por um certo otimismo do mercado, também motivado pela forte entrada de recursos de investidores estrangeiros — para quem os ativos brasileiros têm preços atrativos e o fim da disputa deixou algumas incertezas para trás. O dólar comercial, que abriu em R\$ 5,40, terminou a sessão com queda de 2,54%, cotado a R\$ 5,16. Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), iniciou o dia em baixa, recuperou perdas e acabou fechando com alta de 1,31%, aos 116.037 pontos.

Como era esperado, porém, as ações de Petrobras e Banco do Brasil tiveram fortes quedas, de até 8,5% (veja quadro), motivadas pela expectativa de maior interferência do governo na administração das estatais. “Essas duas empresas têm um certo tipo de repulsa ao governo do PT, vinda de administrações anteriores”, observou o CEO da Box Asset Management, Fabrício Gonçalves. Segundo ele, apesar de o mercado ter demonstrado certa confiança, os investidores temem que erros do passado sejam repetidos.

Por outro lado, puxaram os ganhos ações de empresas ligadas ao turismo, setor aéreo, varejo e tecnologia, diante da expectativa de aumento do consumo com o eventual fortalecimento de programas sociais e do salário mínimo no próximo governo. Os analistas acreditam que, na administração petista, tendem a se valorizar ações de empresas dos setores de educação, cons-

trutoras e também do comércio, tendência que já pode ser observada na sessão de ontem.

As atenções agora se voltam às sinalizações de Lula sobre a futura condução da política econômica, seus arranjos políticos e indicações da equipe ministerial, sobretudo da pasta da Economia. Esses anúncios devem ditar o ritmo do mercado nos próximos dias, de acordo com os analistas.

“Havia um certo medo por parte dos investidores de que a vitória de Lula não seria bem aceita por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, o que poderia criar um risco institucional para o país. O fato de a eleição ter tido reconhecimento de diversas autoridades locais gera mais segurança. Além disso, a semana passada foi bastante positiva para os mercados internacionais, enquanto houve queda na Bolsa brasileira. A valorização desta segunda-feira é uma forma de compensar essa diferença”, avaliou Raphael Castilho, sócio e gestor do Ártica Long Term FIA.

Compromisso fiscal

Apesar de não dar sinais claros de sua política econômica, é esperado que o petista adote medidas alinhadas com o compromisso fiscal. O afastamento do temor de contestação do resultado do pleito, até o momento, e perspectivas positivas para a transição ajudaram a reduzir riscos. Os investidores também se animaram, com a possibilidade de o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), chefiar a equipe de transição.

Benefício da dúvida

Mercado opera no campo positivo no primeiro pregão após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas alguns setores e empresas amargam perdas. Agentes financeiros têm as atenções voltadas a sinalizações sobre a futura condução da política econômica e indicações da equipe ministerial



Destacados na Bolsa:

PETROBRAS PN caiu **8,47%**, a **R\$ 29,81**, e **PETROBRAS ON** recuou **7,04%**, a **R\$ 33,26**, refletindo a perspectiva de mudança na política de preços dos combustíveis, que, no governo Lula, deixariam de seguir as cotações internacionais.

BANCO DO BRASIL ON cedeu **4,64%**, a **R\$ 37,02**, afetada por recuo de atrelamento do banco a políticas públicas que podem resultar em menor rentabilidade.

Fonte: B3/ Analistas de mercado.

GOL PN disparou **8,83%**, a **R\$ 9,61**, e **AZUL PN** saltou **8,91%**, a **R\$ 16,13**, apoiadas pela forte queda do dólar. No setor de viagens, a **CVC BRASIL ON** valorizou-se **R\$ 9,63**.

ALPARGATAS PN subiu **9,04%**, a **R\$ 21,96**, tendo no radar o balanço trimestral no próximo dia 3, em dia de forte alta do setor de consumo, com a perspectiva de políticas voltadas para a melhora da renda no país. Lula prometeu reajustar o salário mínimo acima da inflação.

YDUQS ON avançou **5,42%**, a **R\$ 16,13**, e **COGNA ON** terminou com elevação de **3,46%**, a **R\$ 3,29**, apoiadas nas promessas de Lula de fortalecer a educação no país.

VALE ON fechou em queda de **0,47%**, a **R\$ 67,13**, após trocar de sinal mais de uma vez, com a retração dos preços do minério de ferro na Ásia.

B3 ON avançou **6,06%**, a **R\$ 15,04**, engatando a terceira alta seguida.

TAURUS PN caiu **4,67%**, a **R\$ 14,89**, na expectativa de que a política de facilitação de acesso a armas deve ser extinta no governo Lula.

Em tom otimista

O empresariado, que em boa parte demonstrou apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a campanha política, divergiu sobre o cenário da vitória de Lula, mas adotou um tom relativamente otimista. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) fez um aceno institucional e saudou o processo democrático brasileiro com a conclusão de mais um ciclo eleitoral. “O setor bancário, que tradicionalmente se posiciona com pautas voltadas para o desenvolvimento do país, está à disposição para colaborar com o novo governo”, disse a federação, em nota.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade, os próximos quatro anos exigem união e diálogo entre os setores público e privado para a construção de uma política industrial pautada nos investimentos em tecnologia e na agenda do clima. Além disso, a CNI destacou que o presidente eleito precisa acelerar a agenda de reformas, principalmente a de tributos.

“Muitos dos problemas já tiveram diagnósticos e soluções foram exaustivamente discutidos. Precisamos, agora, concentrar esforços no enfrentamento dessas questões. Por isso, defendemos a adoção de uma visão de país de longo prazo, que tenha como objetivos centrais a inovação, os ganhos de produtividade e a maior inserção da economia brasileira no mercado internacional”, afirmou Andrade. (RG)



RAUL VELLOSO

O ALVO A SER ESCOLHIDO SE CHAMA PREVIDÊNCIA, E PARTICULARMENTE A DOS REGIMES PRÓPRIOS DE SERVIDORES, EXATAMENTE O ITEM DA PAUTA COMUM DE GASTOS QUE MAIS CRESCEU ESPECIALMENTE DE 2006 PARA CÃ, E QUE CAMINHA PARA CAUSAR A ZERAGEM DO ESPAÇO FINANCEIRO PARA OS INDISPENSÁVEIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA.

Mãos à obra!

Tenho dito ao ilustre conterrâneo e senador piauiense Wellington Dias que Lula deve agir para acalmar a inquietação dos desconfiados mercados financeiros na questão fiscal, em que, além dos problemas estruturais e antigos, há o grande desarranjo promovido pelo governo que sai ao tentar se reeleger. Não se trata de recriar o famigerado teto de gastos, à la Meirelles, nem obviamente de penalizar os mais pobres via desindexação à la Paulo Guedes, mas é preciso escolher um item de peso na composição do desequilíbrio nas contas de todos os entes públicos para arrumar em uma perspectiva de médio prazo (isto é, de forma duradoura e certa), e em que ele possa envolver basicamente todos os governadores e boa parte dos prefeitos na primeira reunião que com eles tiver sobre o assunto.

O alvo a ser escolhido se chama previdência, algo em que apenas um ou outro ente já está

progredindo (o Piauí, graças a Wellington, é um deles), e particularmente a dos regimes próprios de servidores, exatamente o item da pauta comum de gastos que mais cresceu especialmente de 2006 para cá, e que caminha para causar a zeragem do espaço financeiro para os indispensáveis investimentos públicos em infraestrutura. Sem estes, o PIB não cresce, e, com eles, até a distribuição de renda melhora. Por isso têm um peso tão alto na pauta inicial, e daí a razão de me preocupar tanto com eles. De passagem, dever-se-ia aprofundar o processo de reforma dos gastos do INSS, em curso, que teve um bom avanço na reforma promovida há pouco (2019), mas que tem passos conhecidos a trilhar. E não se trata de massacrar os beneficiários desses regimes todos, mas de criar as condições para, em um passo-a-passo razoavelmente conhecido, e ao longo dos anos à frente, torná-los

viáveis e, ao mesmo tempo, abrir espaço para o país investir e crescer mais. Dessa forma, os mercados podem ler os sinais corretos à frente e relaxar...

A propósito, enquanto os gastos do regime geral (INSS) aumentavam, em termos reais, a não menos que 5,1% em 2006-20; os do regime próprio federal de servidores a 3,1% em 2006-21; os dos regimes próprios estaduais à média de 5,9% em 2006-18; e, finalmente, os dos entes municipais, à chocante taxa real média de 12,5%, em 2011-18, então, e sem espaço nos orçamentos, os investimentos desabavam, e o PIB crescia, em média, a apenas 1,6% ao ano em 2006-21.

A principal consequência disso, não custa enfatizar, foi a desabada dos investimentos públicos totais em infraestrutura, que caíram nove vezes quando medidos em porcentagem do PIB, comparando-se o final dos 80 com os últimos anos.

Esse é um problema de prazo longo que, como tal, deve ser tratado, mas que requer um diagnóstico inicial bem elaborado, para não sairmos do curso certo. Curso esse que precisa ter uma dimensão adequada de tempo, mas também passar a sensação de que o problema, a partir de um certo momento, estará sendo resolvido.

Reformas

A primeira ideia que surge é a de calcular uma alíquota extraordinária sobre a folha de pagamento que o ente público teria de enfrentar por um longo período para zerar esses déficits. O grande drama aqui é que, em função dos volumosos déficits atuariais que já estão aí, o valor da alíquota extraordinária tende a ser inviável de ser absorvido pelos sufocados orçamentos públicos dos dias de hoje.

Diante da inviabilidade da alíquota extraordinária, o passo seguinte é conceber e implementar uma reforma relevante de regras,

até porque as regras da Emenda 103/19 não se estenderam automaticamente aos demais entes além da União.

Na sequência, existe hoje a figura de um fundo integrado de bens, direitos e ativos, a partir do qual se pode implementar um processo conhecido como monetização de ativos, que contempla o aporte e posterior liquidação desses itens de propriedade do ente público que possam ser vinculados adicionalmente à previdência, e, assim, servir de receita extra para ajudar na viabilização do citado equacionamento.

No Piauí, aprovou-se uma reforma de regras até mais profunda do que a da União. Para o processo de financiamento do equacionamento previdenciário, a saída é a capitalização gradual do regime previdenciário, separando-se a massa de segurados em dois planos, um deles sendo um plano capitalizado, em que se procura fundar reservas capazes de cobrir as despesas com os benefícios que serão pagos para o grupo de pessoas que a ele for

vinculado (normalmente servidores ativos recém-admitidos no ente e aposentados e pensionistas mais idosos).

Já o outro plano é estruturado para continuar o financiamento do modelo denominado de repartição simples, em que as contribuições oriundas dos segurados e do ente federativo financiam as despesas com benefícios, não ocorrendo a constituição de reservas. Essa estrutura de equacionamento do déficit prevê a extinção do plano financeiro ao longo do tempo, efetuando-se revisões dos parâmetros usados para definir cada fundo, à medida que o fundo capitalizado apresente os resultados positivos que possibilitem a recepção de segurados oriundos do plano financeiro.

Com a adoção de medidas como essas até aqui, o Município de São Paulo conseguiu reduzir o déficit atuarial de R\$ 171 bilhões para R\$ 74 bilhões, e o Piauí, de R\$ 36 bilhões para R\$ 8 bilhões, em 2021. Viva ambos!